

Seminário traz pouca novidade para precários

Annibal Fernandes afirma, em debate na Adusp, que docente precário tem direitos adquiridos

Previsto para debater os contratos precários, o Seminário "Regimes Jurídicos do Trabalho Docente na USP", realizado dia 8 com a presença do primeiro escalão da administração da universidade, mostrou que a proposta da reitoria – apresentada em linhas gerais – não avançou na busca de solução para o problema. Ela prevê a criação de um regime temporário de até 6 anos para futuras contratações. A USP deverá contar com docentes efetivos, precários e uma terceira categoria vinculada ao CAD (Contrato Administrativo Docente). Através deste mecanismo, afirmou Maria Paula Dallari Bucci, consultora jurídica da USP, os novos docentes poderão ser contratados por três anos, renováveis por igual período. Após a renovação do contrato, o docente poderá passar por concurso público e ser efetivado. Existe, no entanto, as possibilidades de o concurso não ser realizado ou o docente não passar e ser dispensado, recebendo, porém, direitos previstos na CLT.

O CR da Adusp realizou, dia 14, uma primeira rodada de avaliação e decidiu ampliar a discussão através de reuniões setoriais. Embora houvesse por parte de alguns dos presentes o reconhecimento positivo da iniciativa, foram apontados sérios problemas na proposta. O principal deles diz respeito à manutenção dos atuais precários na mesma situação em que se encontram atualmente. Os conselheiros se manifestaram favoráveis à realização de atividades que levem a reitoria a solucionar o problema dos precários até o final deste ano. O aspecto positivo ficou por conta do entendimento de que os precários contratados antes



Fotos: Daniel Garcia

Participação da Adusp no seminário



Cerca de 80 docentes participaram de encontro com o jurista Annibal Fernandes



da aprovação da reforma da previdência (15/12/98) continuarão tendo suas aposentadorias pagas de forma integral.

Para falar sobre direito adquirido, a Adusp realizou, dia 6, no auditório Freitas Nobres (ECA), encontro com o jurista Annibal Fernandes, especialista em previdência. Na presença de aproximadamente 80 docentes, Fernandes discorreu sobre a filosofia do direito adquirido e afirmou que os professores contratados de forma precária estão amparados por esse direito, uma vez que muitos estão na universidade há anos. "Essa é uma questão líquida e certa", disse ele. **Pág. 4**

Aposentadoria

“Os precários que ingressaram no serviço até a publicação da emenda nº 20 (15 de dezembro de 1998), e que sempre foram regidos pelas mesmas normas que regiam os efetivos, tem direito a aposentadoria no regime público e não no privado. É praxe no direito brasileiro se estabelecer um regime de transição quando há alterações de regimes funcionais, incluindo os critérios de aposentadoria, embora a emenda não preveja este regime de transição. Por que de repente eles seriam arremessados para o setor da previdência privada, se sempre estiveram sob o regime público? Não vejo uma explicação para isso. Eles tem um direito adquirido. É uma questão de justiça.”

Trecho da fala da vice-diretora da Faculdade de Direito da USP, Odete Medauar, integrante da mesa do seminário.

Fórum inicia campanha salarial

O Fórum das Seis, reunido dia 13 de abril no Sintusp, tirou indicativo de reivindicar na data-base deste ano – próximo mês de maio –, o índice total de 16,4%. Este índice é composto pela inflação do último período (98/99), que foi de 4,26%, mais 11,65%, que é a perda não reposta na campanha de 98. Naquela ocasião o Fórum reivindicava 15% e o Cruesp concedeu apenas 3%. O Fórum indica que os 6,4% sejam pagos imediatamente e o restante até novembro deste ano. O Fórum defende, também, que seja adotado um gatilho salarial toda vez que a inflação atingir 5%. Estas propostas serão debatidas nas assembleias de docentes e funcionários da USP, Unesp e Unicamp para que se chegue à pauta final de será entregue ao Cruesp ainda este mês.

Assembléia da Adusp

22 de abril, 5ª feira, 17 horas, no Auditório Lupe Cotrim (ECA)

Pauta: • Campanha Salarial • Contratos Precários na USP

Universidade pública e pesquisa básica, um excelente negócio para Ribeirão Preto

Nos últimos anos o ensino público superior tem sido sistematicamente desqualificado pelos governos federal e estadual e também por grande parte dos meios de comunicação. Os comentários sobre os elevados custos do ensino público superior e o suposto baixo retorno que a sociedade brasileira teria, fazem parte dos discursos oficiais do governo federal, cujos quadros mais destacados são surpreendentemente professores universitários ativos ou aposentados das universidades públicas, particularmente da Universidade de São Paulo e da Universidade Estadual de Campinas.

Diante de todas estas agressões à universidade pública, comecei também a questionar o real valor do meu trabalho para a sociedade na qual estou diretamente inserido, isto é, a cidade de Ribeirão Preto. Neste caso, não me preocupei em avaliar o valor acadêmico e científico do meu trabalho, o qual é sistematicamente analisado por diferentes instrumentos nacionais e internacionais, como agências financiadoras e conselhos editoriais. A minha principal preocupação foi fazer uma análise puramente econômica do impacto do meu trabalho numa universidade pública, na economia da cidade de Ribeirão Preto. O laboratório pelo qual sou o responsável, no Departamento de Fisiologia da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, está voltado exclusivamente para a pesquisa básica, sendo o mesmo constituído por 4 estudantes de pós-graduação, 4 estudantes de medicina, envolvidos com projetos de iniciação científica, 1 técnica de laboratório de nível superior e 1 professor. Somos 10 pessoas, o que pode ser considerado no contexto do Campus da USP de Ribeirão Preto, como um pequeno laboratório de pesquisa básica.

Portanto, a pergunta que fiz foi a seguinte: quanto de dinheiro este pequeno laboratório traz por ano para a economia da cidade de Ribeirão Preto? A resposta à pergunta acima me surpreendeu. No total trouxemos nos últimos 4 anos uma média de R\$ 310.590,95/ano, ou US\$ 258.825,79/ano considerando-se o câmbio de R\$ 1.20/US\$ 1.00

tífica, à bolsas de pós-graduação e iniciação científica obtidas através de projetos junto à Fapesp e ao CNPq e 3) R\$ 127.597,44 correspondem aos recursos obtidos para projetos de pesquisa através da FINEP, Fapesp, Capes e USP/COFECUB.

Este dinheiro é quase que totalmente injetado na economia da cidade de Ribeirão Preto, pois todas as 10 pessoas que constituem a equipe deste laboratório têm despesas de moradia, alimentação, transporte, lazer, saúde e etc. Além disso, os recursos de pro-

se localizam foi muito bem apresentado em artigo recente de José Roberto Toledo ("Universidades trazem lucros às cidades", Folha de S. Paulo, 21/03/99), o qual apresentou parte dos estudos do professor José Munari Bovo da Unesp de Araraquara, mostrando o impacto dos recursos da Unesp nas 14 cidades do estado de São Paulo aonde estão situados os Campi da Unesp.

Na caso de Ribeirão Preto não sei se a Prefeitura e/ou a Câmara Municipal, a Associação Comercial e Industrial ou mesmo a administração da USP, dispõe dos números relativos ao impacto do Campus da USP na economia local. Tendo como base os números do pequeno laboratório sob a minha responsabilidade e sabendo que no nosso Campus somos mais de 600 professores com uma intensa atividade de pesquisa, posso afirmar que o valor econômico agregado ao Campus da USP em Ribeirão Preto é muito maior do que pensamos ou do que os discursos oficiais estão tentando nos convencer. Dessa forma, a universidade pública além de executar as suas três principais atribuições de 1) formar profissionais do mais elevado nível, 2) desenvolver o conhecimento científico dentro dos padrões internacionais 3) e prestar assistência à comunidade nas diferentes áreas do conhecimento, é também um importante vetor econômico, uma vez que ela efetivamente distribui benefícios econômicos à sociedade na qual está inserida.

Benedito H. Machado, Professor-Associado do Depto. de Fisiologia da Faculdade de Medicina (FMRP).



jetos são utilizados na compra e na manutenção de equipamentos, na compra de materiais de consumo e no pagamento de uma grande variedade de serviços indispensáveis à atividade científica. Portanto, esta pequena célula que é o laboratório sob a minha responsabilidade, dentro do grande organismo que é a USP, contribui de forma expressiva para as atividades do comércio e dos serviços na cidade de Ribeirão Preto, gerando inclusive empregos diretos e indiretos. O conceito do "dinheiro novo" trazido pelas universidades estaduais paulistas para os municípios aonde elas

válido para o ano de 1998. O que mais me chamou a atenção não foi o valor em si, mas sim o fato deste montante ter que ser considerado "dinheiro novo" na economia local. Ele é dinheiro novo sim, pois se não fossem os projetos deste laboratório, este dinheiro não viria espontaneamente para a cidade de Ribeirão Preto. Neste caso, vale detalhar como chegamos a estes valores e aonde eles foram obtidos: 1) R\$ 81.348,05 correspondem aos salários anuais pagos pela USP para mim e para a técnica do laboratório; 2) R\$ 101.645,36 correspondem à bolsas de produtividade cien-

Caso Zinsly: CO decide rever demissões

Na última reunião do Conselho Universitário (CO), dia 23 de março, foi aberto o caminho para a revisão da injusta demissão do professor João Rubens Zinsly - professor associado com mais de 38 anos de USP - e de mais 3 funcionários. Há um ano, o Conselho Universitário decidiu demitir os mencionados servidores apoiado em relatório de uma Comissão Processante da Esalq/Piracicaba. Este relatório, apesar de não ter sido aprovado pela Congregação, nem ter sido objeto de recurso, seguiu à instância superior tramitando na reitoria sem o conhecimento dos acusados. A Congregação da Esalq disparou o processo de revisão ao aprovar em agosto de 98 uma representação ao reitor.

Paralelamente, a diretoria da Adusp estudou o assunto através de uma comissão e apresentou seus argumentos

em um dossiê que foi incorporado ao processo. Tramitação irregular e ausência de provas nas acusações feitas são os principais pontos que sustentam a opinião de que houve injustiça nesse caso. Essa convicção da diretoria da Adusp e da Congregação da Esalq parece ser também compartilhada por vários membros do CO, conforme pode ser constatado pelo resultado da reunião do dia 23.

Foi aprovado o recebimento do pedido de revisão administrativa formulado pelos interessados com a determinação ao reitor para que nomeie Comissão Processante Competente para apresentar relatório ao CO. Foram 69 votos a favor, 3 contrários e 4 abstenções. Em seguida, foi aprovada a suspensão da punição, com reintegração dos funcionários, até que a Comissão Processante apresente seu relatório (50 votos a favor, 20

contrários e 6 abstenções). Finalmente, votou-se a necessidade de apresentação de caução idônea por parte dos punidos, com suspensão da punição somente a partir deste momento (36 votos a favor, 31 contrários e 10 abstenções). Note que, essa última decisão é no mínimo curiosa, pois se os funcionários vão trabalhar enquanto esperam uma nova decisão, não poderá a universidade pretender ser ressarcida do que vai pagar nesse período, seja qual for a decisão final. Logo, a caução parece ser desnecessária.

A decisão do CO é certamente um alento na luta do professor Zinsly e dos demais funcionários em busca do restabelecimento da justiça. De fato, para toda a comunidade universitária é um marco importante que será ainda objeto de reflexão e análise mais profunda num momento futuro.

Docente se julga injustiçada

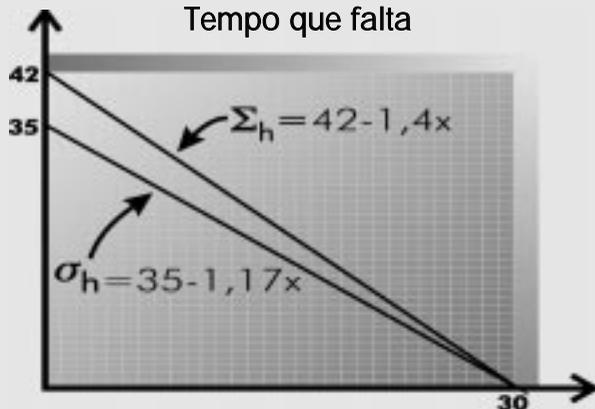
A professora Liane Cassol Argenta Aragones, da Faculdade de Odontologia da USP de Bauru (FOB), não teve seu contrato de trabalho renovado dia 22 de março, por decisão Conselho do Departamento de Prótese e Periodontia. Ela recorreu, mas o Conselho reafirmou a decisão. Em carta à Adusp, Liane afirma que o Conselho não levou em consideração sua produção docente, mas questões pessoais. Ela também alega que não houve espaço para contestar as afirmações do relator. Liane está, agora, recorrendo aos órgãos competentes. O *Informativo Adusp* tentou ouvir o professor Milton Carlos Gonçalves Júnior, chefe do Departamento de Prótese. Ele não retornou as ligações.

Correção

Em virtude de problemas técnicos, os gráficos e tabelas da matéria "Mais um golpe na Previdência?", publicados na edição nº 46 do Informativo Adusp, estavam errados. Publicamos abaixo a versão correta. A iniciativa para entender as regras continua. Mais notícias em Informativos futuros.

Homens

Tempo que falta



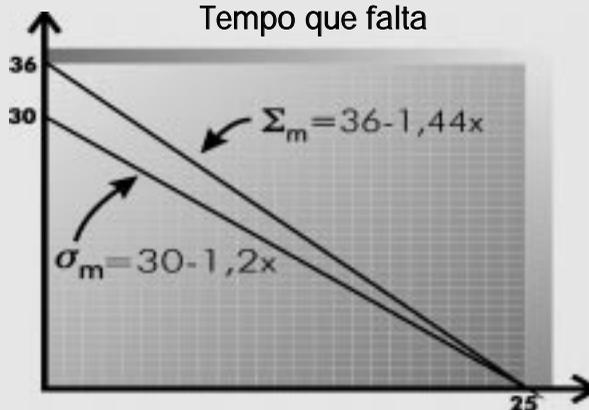
Tempo total de Trabalho

x *	regime anterior	(I)	(II)
0	30	35,0	42
5	30	34,2	40
10	30	33,3	38
15	30	32,5	36
20	30	31,6	34
25	30	30,8	32
30	30	30,0	30

* Tempo de serviço até 15/12/1998

Mulheres

Tempo que falta



Tempo total de Trabalho

x *	regime anterior	(I)	(II)
0	25	30	36,0
5	25	29	33,8
10	25	28	31,6
15	25	27	29,4
20	25	26	27,2
25	25	25	25,0

* Tempo de serviço até 15/12/1998

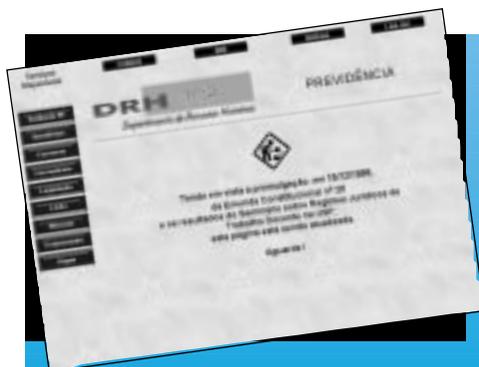
Repercussão do seminário

"Os docentes da USP, notadamente os sócios da Adusp, estão de parabéns porque, através da inquietude conseguiram uma posição da reitoria frente à questão dos contratos precários. Precisamos, a partir de agora, fomentar essa discussão porque o Contrato Administrativo Docente aponta para um período probatório que pode, ao final, colocar o docente fora da universidade. O importante, neste momento, é debatermos a proposta da Adusp e a da reitoria para tentarmos chegar a bom termo".

Arsênio Sales Peres - Professor do Departamento de Odontologia Social e representante da FOB no Conselho de Representantes da Adusp.

"O Seminário foi um avanço porque, depois de muito tempo, conseguimos reunir o reitor, os pró-reitores, o departamento jurídico da universidade e cerca de 200 docentes para uma primeira conversa acerca de um tema que é absolutamente relevante para a USP. Estamos num início de processo e acredito que a proposta da Adusp está muito próxima daquele que a reitoria nos apresentou, principalmente em relação ao tempo para que o profissional possa ser efetivado. O Contrato Administrativo Docente pode ser pensado para o futuro, mas é preciso lembrar que temos cerca de 1.200 professores que não estão enquadrados nesta situação. Porém, sou otimista em relação à solução do problema".

Wagner Costa Ribeiro - Professor do Depto. de Geografia da FFLCH



Site do DRH da USP na Internet, após o seminário do dia 8. A página anterior afirmava que o docente precário, após 15 de dezembro

de 98, somente poderia se aposentar recebendo o teto de R\$ 1.200,00. Esta informação contrariava a afirmação do reitor Jacques Marcovitch feita aos diretores da Adusp. Durante o seminário essa informação foi passada à reitoria, que resolveu refazer a página.

"A apresentação de uma proposta clara da reitoria é bastante positiva. Óbvio que haverá uma série de discussões sobre a formulação deste Contrato Administrativo Docente e que não haverá consenso nas congregações, nos conselhos etc. Teremos que pensar em uma série de problemas que esta categoria criará para o funcionamento interno da universidade. Porém, na perspectiva individual do contratado, fica claro que ele tem um regime de trabalho e que ele tem uma indenização. Avançou de uma precariedade absoluta, que podia se dar em termos de anos sequenciais, para um contrato temporário de seis anos que ele poderá contar como um regime de trabalho. A partir daí precisamos pensar o que isso provocará dentro da universidade, como é que as coisas vão se dar e se vamos ganhar na proposta de que se faça apenas o concurso para efetiva-

ção. Está aberto o debate e cada uma das partes deverá formular sua proposta para que possamos ter a solução definitiva deste problema".

Zilda Iokoi - Professora do Depto. e História e ex-diretora da Adusp

"Achei uma ótima iniciativa porque temos que, efetivamente, debater esta questão. Porém, não consigo concordar com a posição da reitoria. Acho inaceitável que um docente que teve seus relatórios aprovados repetidamente pela instituição, depois de um certo período de tempo possa participar de concurso e, eventualmente, não ser aceito. A avaliação, por exemplo, pode levar em consideração publicações em revistas especializadas e ele ser responsabilizado por não ter atingido este objetivo. Isso é uma prova de incompetência dos Departamentos. A partir de agora, porém, as congregações vão levar esta discussão de

um modo mais efetivo porque temos cristalizadas duas propostas diferentes. A da Adusp e a da reitoria".

Dalva Lúcia de Faria - Professora do Instituto de Química

"A iniciativa do seminário foi da reitoria, porém é preciso ressaltar que, talvez, ele não tivesse sido realizado neste momento se não fossem a intervenção e o empenho da Adusp. Foram esclarecidas questões de natureza legal e foi uma oportunidade de contato entre a reitoria e os docentes da USP. Acho que é um dever da reitoria e de todos nós procurarmos uma solução para esse problema".

Ademar Ferreira - Professor da Escola Politécnica

"O resultado do seminário foi quase nulo. As proposições que mais foram discutidas são menos relevantes no momento, a exemplo do Contrato Administrativo Docente. Qual a estrutura de carreira que deve ser implantada na universidade e como o docente precário transita da atual para a futura situação são pontos que não foram devidamente debatidos. A proposição do seminário era muito aberta e ele não foi direcionado para uma única questão. Ou se debate contrato precário ou se debate estrutura de carreira. A discussão está somente começando e cabe a nós, docentes, redirecionarmos essa pauta".

Antônio Domingues dos Santos - Professor do Departamento de Física e membro do CR da Adusp

Maio tem eleições na Adusp

A diretoria da Adusp está abrindo o processo para a eleição da nova diretoria que conduzirá a entidade nos próximos dois anos. Na mesma ocasião serão realizadas eleições para o Conselho de Representantes em algumas unidades da USP. As chapas para concorrer à diretoria podem se inscrever até o dia 14 de maio, às 18 horas, na sede da entidade. A votação ocorrerá nos dias 26 e 27 do mesmo mês. Para a eleição do CR os candidatos podem se inscrever até o dia 21 de maio, às 18 horas.